

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARINA COSTA SCHNOR**

**A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: O BRASIL NA  
REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER**

**Porto Alegre**

**2017**

**MARINA COSTA SCHNOR**

**A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: O BRASIL NA  
REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Raninscheski

**Porto Alegre**

**2017**

**MARINA COSTA SCHNOR**

**A CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO MERCOSUL: O BRASIL NA  
REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sonia Maria Ranincheski - Orientadora  
UFRGS

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Vargas Maia  
Universidade La Salle

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veronica Korber Gonçalves  
UFRGS

*À tia Rose e à vó Te, com amor e saudade*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu pai pela presença e renúncia constantes, preocupação, cuidado, suporte, confiança e amor durante esta e todas as etapas da minha vida.

Thor, pelo amor e esforço de compreensão. Por tornar o que é tão pesado, tão mais leve.

À minha querida orientadora Prof<sup>a</sup>. Sonia, agradeço o apoio e disponibilidade, a liberdade de estudar o que era de meu interesse e toda a compreensão e orientação. És muito do que acredito faltar na Academia e tudo o que almejo ser, um dia, como profissional.

A todos os colegas que me auxiliaram durante o processo de produção desse trabalho e ao longo de toda a graduação e aos amigos que me apoiaram nos momentos difíceis e estressantes dos últimos meses.

À UFRGS e todo seu corpo de funcionários, pela oportunidade da educação superior pública, por alguns dos melhores anos da vida, por me fornecer conhecimento e estudo de excelência e por me propiciar um ambiente em que cresci e adquiri, para muito além de conhecimento acadêmico, consciência política e social.

Às mulheres que eu amo, admiro e me inspiro. Seguimos!

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção da perspectiva de gênero no Mercosul, notadamente, através da Reunião Especializada da Mulher. Busca situar esse debate no contexto internacional das Conferências das Nações Unidas para a Mulher; principalmente, e como marco, a Conferência de Pequim, realizada em 1995. Ademais, integra a questão do fortalecimento institucional do Mercosul e a incorporação da agenda de gênero a partir do ponto de vista da diplomacia brasileira, com análise dos posicionamentos do Brasil no eixo de sua política externa, e do Brasil na Reunião Especializada da Mulher. Busca, também, integrar à análise, a trajetória dos movimentos de mulheres em um contexto internacional, regional e nacional, compreendendo o papel dos movimentos sociais junto aos mecanismos formais. Utiliza como método a análise de documentos e atas da REM, assim como a revisão bibliográfica histórico do período em questão. Conclui que a REM avançou na consecução de um discurso forte dentro do Mercosul sobre a perspectiva de gênero, mas não conseguiu traduzir isso em políticas mais concretas para os países e para o bloco.

**Palavras-chave:** Reunião Especializada da Mulher; Mercosul; gênero; movimentos feministas.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el proceso de construcción de la perspectiva de género en el Mercosur, notadamente, a través de la Reunión Especializada de la Mujer. Busca situar ese debate en el contexto internacional de las Conferencias de las Naciones Unidas para la Mujer; Principalmente, y como marco, la Conferencia de Pekín, realizada en 1995. Además, integra la cuestión del fortalecimiento institucional del Mercosur y la incorporación de la agenda de género desde el punto de vista de la diplomacia brasileña, con análisis de los posicionamientos de Brasil en el eje de su política exterior, y de Brasil en la Reunión Especializada de la Mujer. También busca integrar al análisis, la trayectoria de los movimientos de mujeres en un contexto internacional, regional y nacional, comprendiendo el papel de los movimientos sociales junto a los mecanismos formales. Utiliza como método el análisis de documentos y actas de la REM, así como la revisión bibliográfica histórica del período en cuestión. Concluye que la REM avanzó en la consecución de un discurso fuerte dentro del Mercosur sobre la perspectiva de género, pero no logró traducirlo en políticas más concretas para los países y para el bloque.

**Palabras-clave:** Reunión Especializada de la Mujer; Mercosur; género; movimientos feministas.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO E O GÊNERO NO DEBATE INTERNACIONAL.....</b>	<b>12</b>
2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE PODER.....	12
2.2 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
2.3 GÊNERO NO DEBATE INTERNACIONAL: AS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER.....	14
<b>3 MERCOSUL E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>21</b>
3.1 MERCOSUL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DOS ANTECEDENTES DA INTEGRAÇÃO ATÉ O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)...	21
3.2 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS.....	27
<b>4 A INFLEXÃO A PARTIR DE 2003: DIMENSÃO SOCIAL DO MERCOSUL E O ESTABELECIMENTO DA REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER.....</b>	<b>34</b>
4.1 AS MUDANÇAS ESTABELECIDAS PELO GOVERNO LULA (2003-2010).....	34
4.2 A AMPLIAÇÃO DO CONTEÚDO DO MERCOSUL: FORTALECIMENTO DO SENTIDO SOCIAL DA INTEGRAÇÃO.....	35
4.3 A REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER (REM).....	38
4.3.1 A agenda da REM e os posicionamentos do Brasil.....	39
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre questões relativas a gênero e direitos das mulheres apresenta-se, cada vez mais, como um imperativo em qualquer discussão sobre desenvolvimento. Nunca foi tão evidente, à luz da produção acadêmica sobre o assunto e com o feminismo ampliando-se como um eixo possível e importante de análise, de que a perspectiva de gênero importa. Ela deve estar presente quando se debate que tipo de desenvolvimento se persegue e que esta deve integrar estudos sobre impactos de políticas governamentais, e deve permear os mecanismos institucionais em todas as organizações e da máquina estatal, dada a compreensão de que existem especificidades na vivência feminina na sociedade e que a desigualdade de gênero permeia todos os sentidos da vida social, econômica, política e cultural.

A realização das Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, a partir de meados dos anos 70, começa a traçar um caminho em direção a uma nova forma de enxergar a mulher na sociedade, ao estabelecer debates sobre a questão e princípios e ações a serem tomadas pela comunidade internacional a respeito do assunto. Notadamente, em 1995, na Conferência de Pequim, esse processo atinge um perfil muito elevado dentro da institucionalidade das Nações Unidas e marcando uma inflexão ao estabelecer princípios inovadores para tratar a questão de gênero dentro dos Estados e nas organizações e mesmo dentro do sistema da ONU.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende debater a trajetória e o processo de construção da perspectiva de gênero no Mercado Comum do Sul (Mercosul), projeto integracionista que iniciou com um forte sentido econômico-comercial-tarifário, debruçando-se sobre as ações do Brasil em relação ao bloco ao longo dos anos; os desenvolvimentos dos mecanismos institucionais que dizem respeito às problemáticas de desigualdade de gênero, a nível mundial e regional; o processo de um ponto de vista diplomático, da alta política dos Estados e na arena de tomada de decisões pelos formuladores de políticas; e, em contrapartida a isso, o ponto de vista, também, dos movimentos feministas/de mulheres em um contexto mundial, nacional e regional, seu papel e influência nesse processo.

Nestes parâmetros, busca-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: o Mercosul conseguiu atingir um grau significativo de institucionalização da questão de gênero no bloco, desde a determinação, na Conferência Mundial Sobre a Mulher de Pequim, em 1995, da necessidade de implementação, nos governos e organizações, do conceito de transversalidade da perspectiva de gênero?

Portanto, dentro dessa ótica, os objetivos do trabalho, desse modo, definem-se:

i) analisar o processo histórico do Mercosul na ampliação do sentido construção de uma perspectiva de gênero no bloco;

ii) analisar o contexto internacional, nacional e regional de formação de uma consciência de gênero a partir da atuação dos movimentos feministas;

ii) analisar o posicionamento do Brasil na Reunião Especializada da Mulher, instância responsável pelo debate da questão das mulheres dentro do Mercosul.

Pretende-se, unindo as análises do contexto internacional, nacional e regional no campo das instituições estatais e dos movimentos, compreender melhor as dinâmicas responsáveis pelo fortalecimento institucional do Mercosul e a inclusão da perspectiva de gênero como parte de um novo sentido e conteúdo do bloco, que ultrapassa a questão econômica e comercial.

Considera-se que o presente trabalho imbuí-se de importância e relevância dentro do âmbito da agenda de gênero no estudo das Relações Internacionais, contribuindo para a sua expansão e complexificando a discussão acerca do tema. A análise da variável de gênero, seus condicionantes e impactos na construção das sociedades nacionais e nas relações entre os diferentes Estados ainda é pouco explorada e bastante afastada do mainstream da área de Relações Internacionais, fortemente dominada pelos estudos estratégicos e de segurança; nesse sentido, o estudo pretende agregar do ponto de vista acadêmico à área, fortalecendo o debate e a produção de conteúdo relevante no que concerne à agenda de gênero no âmbito dos estudos de desenvolvimento e direitos humanos dentro das Relações Internacionais.

Ademais, pretende-se contribuir para analisar a importância da igualdade de gênero e do empoderamento feminino para o desenvolvimento socioeconômico de um Estado. Partindo-se da perspectiva de que todo estudo de Relações Internacionais deve buscar impactar positivamente no debate de como avançar no desenvolvimento nacional, o estudo carrega relevância prática na análise de políticas públicas acerca do tema, seus êxitos e fracassos, E seu papel na determinação das condições sociais, econômicas, políticas e culturais da mulher nas sociedades em questão. Assim, colocando em perspectiva o que foi e está sendo feito e quais os desafios ainda presentes, o trabalho tem significância, também, para produzir ideias e maior debate sobre como avançar no tema no Brasil e na região.

A pesquisa é qualitativa, e foi construída através dos procedimentos de pesquisa e análise documental e pesquisa bibliográfica. Os documentos em questão são as atas da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, desde a época da criação até 2011, assim como os documentos da ONU sobre as Conferências Mundiais da Mulher; e a pesquisa

bibliográfica histórica do período, referente aos desenvolvimentos institucionais no âmbito das Nações Unidas, no âmbito do Mercosul, da política externa brasileira e da trajetória dos movimentos de mulheres nesta etapa histórica.

## 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS ACERCA DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO E O GÊNERO NO DEBATE INTERNACIONAL

### 2.1 GÊNERO COMO CATEGORIA DE PODER

Este capítulo busca desenvolver o tema do gênero sob uma perspectiva teórica, abarcando seus diferentes níveis de análise e situando-o dentro do debate das políticas públicas, desenvolvimento social e nacional e Relações Internacionais. A definição de “gênero” encontra diversas interpretações na Academia e mesmo na militância, essas, por vezes, bastante conflitantes. Neste trabalho, a abordagem insere-se no entendimento de Boussey, no qual gênero é uma categoria em que “as influências sociais agem sobre as diferenças biológicas [...] para aumentar a diferença entre eles” (BUSSEY, 2011. p. 623, tradução nossa). Essa construção social em cima das diferenças naturais é também enfatizada por Bordieu, já que “o mundo social (...) constrói a diferença entre os sexos biológicos (...) e a diferença anatômica entre os órgãos sexuais pode ser assim vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros” (BORDIEU, 1998, p. 8, tradução nossa). Scott, na mesma linha, caracteriza gênero como a organização social da diferença sexual, isto é, “o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13, *apud* CARVALHO, 1998, p. 401).

Mais do que isso, é importante não assumir a categoria gênero como algo neutro, e assim perceber a dimensão social de desigualdade na relação – não se trata apenas de diferenças atribuídas aos sexos: essas diferenças são construídas assumindo-se determinada dominação de um sobre outro, a saber, de homens sobre mulheres. O clássico de Simone de Beauvoir (1967) já definiu, no final da década de 40, a construção social das mulheres como o “segundo sexo”, isto é, uma construção que as coloca em referência ao homem, em papel coadjuvante e inferior.

O argumento principal de Safiotti (2004) deixa isso claro, alertando para a relação não-neutra e o perigo de desconsiderar a dimensão de poder ao tratar de “gênero”. Há a delimitação, na análise, a partir de uma concepção de patriarcado, de modo que “tratar essa relação exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca (...), neutralizando a exploração-dominação masculina”. Essa visão sintetiza-se ao percebermos que

“a ordem social funciona como uma imensa máquina que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais [...]” (BORDIEU, 1998, p. 9).

Há, portanto, uma dimensão de poder na construção social do gênero, sendo este “uma maneira primária de significar relações de poder (SCOTT, 1986, p. 1087). A diferenciação construída para os sexos traduz-se em diferenças políticas. Gênero expressa a relação social entre homens e mulheres, na qual mulheres, como categoria, são sistematicamente subordinadas a homens, como categoria.

Desse modo, há hierarquia nas diferenças de gênero, que se perpetua quando, por exemplo, a homens e mulheres são designados determinados espaços, características, violências, lugares sociais, sendo na esfera pública ou privada. Conforme essa perspectiva, sexo/gênero apresenta-se, fundamentalmente, como um dos sistemas de desigualdade presentes nas sociedades nacionais e expressos de diversas formas nos nossos modos de vida econômicos, políticos e sociais.

## 2.1 GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A partir do esclarecimento mais detalhado desses conceitos, situemos o tema de gênero em termos de políticas, projetos e programas públicos e, em um sentido mais amplo, desenvolvimento e planejamento.

Principalmente nos países em desenvolvimento, a perspectiva de gênero, como uma variável relevante para o desenvolvimento de uma sociedade, e a necessidade de incluir questões e políticas para as mulheres na agenda dos países ainda encontram dificuldade para legitimar-se. Moser (1993) argumenta que outros debates recentes, como a agenda ambiental e de sustentabilidade, tiveram um pouco mais de facilidade em obter identidade como uma abordagem própria. Ao observar-se abordagens que contemplem especificidades das mulheres e abarquem o princípio de equidade de gênero, em um sentido mais geral, no entanto, percebe-se dificuldade em reconhecer suas legitimidades, assim como a falha em traduzir para a prática políticas diversas nessa área – ministérios da mulher, por exemplo, são frequentemente excluídos dos processos de planejamento nacionais e marginalizados em termos de alocação de recursos (MOSER, 1993).

A tradução de consciências sociais em, efetivamente, planejamentos concretos para a prática do desenvolvimento, não é automática e universal – a desigualdade de classe e a variável de renda têm sido, por exemplo, historicamente, mais abordadas quando se trata de planejamento de políticas e seleção de grupos-alvo para projetos. Moser (1993) atribui alguns pontos para compreender a razão pela falha em transformar gênero em diretrizes concreto de planejamento – primeiramente, é importante notar que a política segue fortemente dominada por figuras masculinas nas instâncias de decisão e controle, resultando em um quadro de falta de representatividade, mesmo com a criação crescente de departamentos e ministérios específicos de políticas para mulheres. A dificuldade de percepção, pelas autoridades mas, também, pela sociedade em geral, adiciono, de reconhecer gênero como uma questão importante de desenvolvimento e planejamento nacional apresentou-se como um obstáculo, historicamente, para a consecução desse tema nas instâncias altas de políticas.

Ademais, a falta de treinamento aos formuladores de política responsáveis pelo planejamento de políticas públicas de gênero também acarreta limitações à área – o que difere de outras áreas de políticas públicas, como referentes ao uso da terra e planejamento regional, em que o treinamento é requisito. A pesquisa acadêmica feminista, ainda, também foi um fator, por ser mais preocupada – por sua própria natureza – em “destacar as complexidades das relações de gênero e divisões do trabalho em contextos socioeconômicos específicos” mas não em “identificar como essas complexidades podem ser simplificadas em ferramentas metodológicas que possibilitem que profissionais transformem a consciência de gênero em prática” (MOSER, 1993, p. 18). Dessa forma, falha-se em transpor a barreira da Academia, para chegar-se a instrumentos mais simples que comportem as complexidades nos processos de planejamento. Como consequência desses aspectos, a questão de políticas de gênero/para mulheres seguiu marginalizada na questão da prática e planejamento de políticas públicas.

### 2.3 GÊNERO NO DEBATE INTERNACIONAL: AS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MULHER

A maior inserção da perspectiva de gênero nos debates sobre políticas públicas e desenvolvimento humano, social e político foi possibilitada, de forma mais enfática, durante as décadas de 80 e 90. Os primórdios desse debate remontam aos anos 70: em 1975 ocorre a I Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, no México, fruto da reivindicação e mobilização de movimentos feministas ao redor do mundo, notadamente definidos como de

segunda onda, que se encontravam no momento de efervescência e fortalecimento ao longo dessa década. Os movimentos feministas de segunda onda inscrevem-se no período da década de 60 até a década de 80, e lutavam pela libertação da mulher mais que a emancipação - um sentido mais profundo que ultrapassava a simples equiparação ao homem em direitos políticos, jurídicos e econômicos, e problematizava com mais afinco as diferenças marcadas nas relações de gênero.

Como aponta Machado (2010), esse marco inicial decorre da pressão e esforço dos atores sociais – notadamente, os movimentos feministas – para promover o debate sobre a situação das mulheres do mundo e incluir a agenda de gênero nas ações dos Estados.

Miranda (2012) demonstra que, para compreensão desse processo de introdução das questões de gênero no debate mundial, é preciso olhar tanto para a Organização das Nações Unidas e sua sensibilidade com os direitos das mulheres quanto para a emergência dos movimentos feministas na década de 1970. Em 1967, as Nações Unidas já aprovaram, na Assembleia Geral, a “Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres”. A I Conferência sobre a Mulher, no México, determinou o período de 1975 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres, e esse mesmo ano foi definido pela Organização como o Ano Internacional da Mulher, assim como celebrado o Dia Internacional em 8 de março. Gradativamente, a questão de gênero expandia-se de forma definitiva para a esfera internacional de debate e a retórica diplomática adaptava-se aos novos arranjos. Em 1979, também como resultado dos esforços iniciais em 75, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o primeiro tratado que dispôs sobre obrigações dos Estados quanto aos direitos das mulheres e mecanismos básicos de monitoramento e avaliação.

Em paralelo a esses desenvolvimentos a nível institucional, os movimentos feministas já há décadas organizavam-se em suas lutas políticas pelos direitos das mulheres e foram centrais para as conquistas ao longo dessas décadas. É interessante frisar, de acordo com Winslow (1995), como as mulheres começaram a se engajar em várias formas de atividade internacional nos anos anteriores - ainda mesmo no final do século 19, antes de conquistarem o sufrágio - através da criação de suas próprias organizações internacionais, reunindo-se em sociedades que buscavam influenciar governos por suas demandas e pautas<sup>1</sup> e criaram base

<sup>1</sup>Pode-se destacar a criação de várias associações de alumni nos EUA, Reino Unido e Canadá, assim como conselhos para cooperar na missão de garantir o sufrágio; notadamente, em termos de organizações públicas no início do século 20, destaca-se a presença das mulheres na Liga das Nações e na Organização Mundial do Trabalho - ainda que com limitações, elas pressionaram pela ocupação de posições de influência e por espaço mesmo no Secretariado da Liga. Pelo trabalho de organizações de mulheres, foi estabelecido, por exemplo, o Comitê de Especialistas sobre o Status Legal da Mulher, em 1937, que foi um importante marco inicial para a

para os avanços posteriores. Nos primórdios das Nações Unidas, amparados pelos esforços de inclusão de mulheres delegadas ainda na época da Liga das Nações, foram os movimentos feministas, em grande parte, que insistiram que a menção à não-discriminação com base em sexo, raça, religião e nacionalidade fosse incluída na Carta da ONU (WINSLOW, 1995), assim como “igualdade entre homens e mulheres”. É claro que, ainda nessa época, os constrangimentos e limitações eram imensos e a presença feminina era muito pequena, mas os primeiros passos eram cimentados (JAIN e CHACKO, 2008).

Ao longo da década de 80, há mais duas Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher – em 1980, em Copenhague, e em 1985, em Nairóbi. Essa segunda introduziu o conceito de “*gender mainstreaming*”, colocado pela ONU como

“uma estratégia global pra promoção da igualdade de gênero (...) garantindo que perspectivas de gênero e a atenção ao objetivo de igualdade de gênero sejam centrais em todas as atividades – desenvolvimento de políticas, pesquisa, diálogo, legislação, alocação de recursos, e o planejamento, implementação e monitoramento de programas e projetos.” (ONU, 2001).

A ideia, ainda, de acordo com Miranda (2012), deve ser entendida como, justamente, a integração das questões de gênero no Estado. É a transversalidade, isto é, a perspectiva de gênero perpassando todas as instâncias da ação e do aparato dos governos e da sociedade - cada aspecto das políticas, dos projetos, deve considerar a questão da igualdade de gênero e levar isso em conta para que se atinja o objetivo de equidade.

O período das três primeiras Conferências, entre 1975 e 1985, representou, do ponto de vista de movimentos feministas do chamado Sul, a articulação de três grandes preocupações, de acordo com Jain e Chacko (2008): a necessidade de que a luta contra a desigualdade de gênero deve ser acompanhada pela luta contra outras formas de discriminação e desigualdade, como raça e classe; a necessidade de olhar para estruturas sociais, paradigmas de desenvolvimento e políticas macro, e não apenas normas sociais e culturais - avanços nas condições de vida das mulheres só é possível através de mudanças estruturais. E, finalmente, havia a demanda de não apenas paridade de gênero e equilíbrio na representação, mas uma mudança profunda na agenda de desenvolvimento a partir de uma perspectiva de gênero.

Ademais, essa década também despertou a abordagem chamada *Women in Development*<sup>2</sup>, a qual é a lógica de que as mulheres eram um recurso inexplorado que pode

posterior Comissão do Status da Mulher das Nações Unidas (WINSLOW, 1995).

<sup>2</sup>Mulheres no Desenvolvimento, em tradução livre.



trazer contribuição econômica ao desenvolvimento e são peças-chave no sistema econômico, não devendo ser negligenciadas dos planos de desenvolvimento (MOSER, 1995). Como destacam Jain e Chacko (2008), o princípio da igualdade consagrou-se, porém, ainda mais, tornou-se persuasivo pela sua ligação com a ideia de utilidade presente na abordagem WID:

“mulheres haviam sido uma ligação esquecida no desenvolvimento, agora haviam sido encontradas; elas poderiam de fato ser um recurso valioso; de fato eram metade, ou mais, dos recursos humanos de uma nação...(...) “Women In Development” tornou-se o slogan dessa década, um slogan sedutor, que pôde, por algum tempo, se esquivar da questão de qual tipo de desenvolvimento era esse (...) (JAIN, CHACKO, 2008, tradução nossa).

Essa abordagem, no entanto, posteriormente, também passou a enfrentar críticas, à medida em que se busca, principalmente na Academia, um maior foco no que seria uma abordagem chamada “*Gender and Development*”<sup>3</sup> (GAD). Do ponto de vista dessa, WID e GAD seriam posições teóricas diferentes em relação aos problemas vividos por mulheres de baixa renda do Terceiro Mundo - a primeira focaria simplesmente na questão da eficiência e de que o processo de desenvolvimento teria maior sucesso se as mulheres fossem totalmente incorporadas a ele. Moser (1995) defende que a primeira abordagem analisa as mulheres em isolamento, com a promoção de medidas como acesso a crédito e emprego para integrá-las melhor aos processos de desenvolvimento; a perspectiva de GAD, por sua vez, do ponto de vista da autora, tenta enfrentar a questão de outra maneira, focando mais nas relações de gênero, em vez de apenas nas mulheres, e busca medidas que “‘ajudem’ as mulheres no processo de desenvolvimento” (MOSER, 1995, p. 3). Assim, portanto, basearia-se mais no princípio de atingir a igualdade de mulheres e homens através do empoderamento - uma visão mais integrativa do problema, assim como a busca de uma técnica que combinasse o individual com o coletivo (MOSER, 1995; JAIN e CHACKO, 2008)

Em relação à perspectiva de gender mainstreaming, introduzida na III Conferência, em Nairóbi, tal conceito foi apresentado formalmente na IV Conferência, em Pequim, em 1995. Indubitavelmente, esse encontro foi o marco mais importante no avanço do debate internacional em torno da questão de gênero, tendo em vista o grande número de participantes e os avanços programáticos e conceituais que alcançou (ONU, 2014).

A Plataforma de Ação de Pequim, documento resultante da Conferência, definiu o tom da retórica e da abordagem dos anos 2000 na agenda de gênero, no âmbito das organizações internacionais, acerca do debate sobre as questões relativas à igualdade de gênero e os

problemas enfrentados por mulheres no mundo todo, assim como quais deveriam ser as estratégias adotadas pelos Estados para atingir a equidade dentre suas populações. Houve mais de 12000 participantes, entre delegados e membros de ONGs - um marco em termos de participação nas Conferências sobre a Mulher até então. É desse evento a conhecida declaração de Hillary Clinton, à época Primeira Dama dos Estados Unidos: “*women’s rights are human rights*”<sup>4</sup>.

A grande questão em Pequim era construir um documento final a partir de rascunhos trabalhados ao longo de mais de dois anos de preparação. De fato, ao final do encontro, a Plataforma de Ação foi aprovada em consenso, um marco certamente considerável. O conteúdo da Plataforma refletiu fortemente - ainda que não totalmente - as demandas dos movimentos feministas, de forma mais profunda que os esforços prévios (MIRANDA, 2012).

Em que diferiu os resultados de Pequim dos esforços anteriores de produzir diretrizes para a comunidade internacional no que se refere aos direitos das mulheres? Estabeleceu de forma muito mais firme e institucionalizada a questão dos direitos da mulher; envolveu o trabalho de muito mais representantes de organizações feministas; introduziu a ideia de transversalidade da questão de gênero em todos os aparatos dos Estados e organizações, princípio central da ONU até hoje.

O encontro também trouxe fortemente o conceito de empoderamento, enfatizando a noção de que os governos e organizações deveriam criar as condições para que as mulheres pudessem ser indivíduos com agência e controle sobre suas vidas em todas as esferas - sexual, reprodutiva, profissional. (MIRANDA, 2012). Na declaração da Conferência, o texto já é introduzido a partir disso, além de enfatizar a questão das relações de gênero:

“A Plataforma de Ação é uma agenda para o empoderamento das mulheres. Visa a aceleração da implementação das Estratégias para o Avanço das Mulheres de Nairóbi.

[...]

a remoção de todos os obstáculos à participação ativa das mulheres em todas as esferas da vida pública e privada através de uma completa e igualitária divisão na tomada de decisão política, econômica, social e cultural. Isso significa que o princípio de poder e responsabilidade compartilhado deve ser estabelecido entre homens e mulheres em casa, nos locais de trabalho e nas comunidades nacionais e internacionais.”(ONU, 1995, p. 7).

E repete-se no art 9:

O objetivo da Plataforma de Ação, a qual está em total conformidade com os

<sup>4</sup>“Direitos das mulheres são direitos humanos”, em tradução livre.

propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional, é o empoderamento de todas as mulheres. A completa realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de todas as mulheres é essencial para o empoderamento das mulheres (ONU, 1995, p. 8, tradução nossa).

O documento aborda áreas de urgência que considera que necessitam ser prioridade para a ação e implementação de mecanismos por parte dos atores envolvidos: mulheres em situação de pobreza; desigualdade de gênero no acesso à educação e treinamento; desigualdade de gênero no acesso à saúde; violência contra mulheres; os efeitos de conflitos armados sobre mulheres; desigualdade de gênero em termos de política e estruturas econômicas, atividades produtiva e acesso a recursos; desigualdade de gênero em termos de poder e mecanismos de tomada de decisão; discriminação e violação de direitos de meninas; desigualdade de gênero na gestão de recursos naturais; mecanismos institucionais inadequados para o avanço das condições das mulheres; desrespeito e promoção e proteção inadequadas dos direitos humanos das mulheres; promoção de estereótipos femininos e desigualdade no acesso de mulheres aos sistemas de comunicação, principalmente a mídia (ONU, 1995).

A noção de “gender mainstreaming” - a dita transversalidade - apresenta-se como um dos pontos mais importantes - senão o mais importante - do debate da Conferência, pois instaura uma nova forma de conceber as políticas públicas e a própria ideia de desenvolvimento e abordagem necessárias tanto dos governos quanto das organizações internacionais. Não é suficiente ter uma agência responsável pela questão das mulheres; é necessário que o objetivo de igualdade de gênero e a ação de todos os braços governamentais esteja coordenado para tal meta. Isso apresenta-se diversas vezes no documento, salientando o papel de governos, organizações internacionais, organizações não-governamentais: “o comprometimento à igualdade de direitos [...] e estabelecimento ou fortalecimento de mecanismos em todos os níveis para a responsabilidade para com as mulheres do mundo (ONU, 1995, p, 7, tradução nossa). Na Plataforma de Ação o tema também é abordado fortemente:

Para garantir a implementação efetiva da Plataforma de Ação e ampliar o trabalho para o avanço das mulheres nos níveis nacional, subregional, regional e internacional, Governos, o sistema das Nações Unidas e todas as outras organizações relevantes devem promover uma política ativa e visível de *gender mainstreaming* [...] no monitoramento e avaliação de todas políticas e programas. (ONU, 1995, p. 119, tradução nossa).

E novamente, “um aparato nacional para o avanço das nações é a unidade de

coordenação de políticas dentro dos governos. Sua principal tarefa é apoiar os governos em estabelecer uma perspectiva de igualdade de gênero em todas as áreas de política (ONU, 1995, p. 84). A integração da perspectiva de igualdade de gênero nas legislações, políticas públicas, programas e projetos também, assim como a necessidade de avaliar o impacto que todas as ações podem ter na vida das mulheres, são definidos claramente como um objetivo estratégico da Plataforma de Ação a ser implementado nos governos e organizações.

Uma questão interessante a se levantar, sem dúvida, é também a contradição, em muitos aspectos, que esse período tem com os princípios postos pelas Nações Unidas. O neoliberalismo e seus preceitos de liberalização, financeirização e desmonte do Estado acabam por ir de encontro a essas estratégias definidas pela ONU como essenciais nos aparatos estatais e de organizações para as políticas para as mulheres. Como é possível avançar na situação das mulheres do mundo se o próprio período da década de 1990 e o receituário defendido pelos países do centro capitalista pressupunha desmonte da capacidade de ação estatal e diminuição no perfil das políticas sociais que visam desenvolvimento igualitário?

### 3 MERCOSUL E OS MOVIMENTOS DE MULHERES NA AMÉRICA LATINA

Este capítulo tem o objetivo de situar o debate no âmbito regional, mais especificamente o Mercosul, traçar a trajetória do bloco ao longo dos anos a partir dos objetivos de política externa do Brasil, assim como começar a delinear a construção da perspectiva de gênero no Mercosul tendo em vista as lutas dos movimentos feministas/de mulheres na América Latina e no sub-continente sul-americano. A contextualização do Mercosul a partir do ponto de vista do Brasil é relevante pois entendemos que o bloco é um feito da política externa brasileira, como coloca Faria (2012), e assume diferentes conteúdos e sentidos, em grande parte, pelos posicionamentos, objetivos, ações e intencionalidade política e estratégica da diplomacia brasileira. Ademais, a trajetória dos movimentos de mulheres na região é essencial para compreender a influência e a pressão exercida pelos movimentos sociais no estabelecimento de normativas e institucionalização dos mecanismos de promoção de igualdade de gênero na região e sua relação com o contexto ampliado do debate internacional sobre o tema.

#### 3.1 MERCOSUL NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DOS ANTECEDENTES DA INTEGRAÇÃO ATÉ O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) nasceu com o Tratado de Assunção, documento assinado em março de 1991, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com o objetivo de estabelecimento de uma zona de livre comércio entre os países nos próximos anos e, como objetivo final, a eventual formação de um mercado comum, inspirado pelo modelo de integração do continente europeu. Em 1995, foi estabelecida entre os países a Tarifa Externa Comum, elevando o bloco a uma união aduaneira. O bloco é resultado de um processo anterior de tentativas de integração na região, a saber, a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), e a Associação Latinoamericana de Integração (ALADI).

A formação do Mercosul foi a consolidação de um processo que já vinha ocorrendo de aproximação com a Argentina e de projeto de virar-se mais ao entorno regional, priorizando as relações com os vizinhos; a criação do bloco é um feito da política externa brasileira, que à época passava por esse momento de inflexão (FARIA, 2012). A aproximação bilateral com a Argentina nos anos 80 foi robusta e pautada por muitos esforços de convergência política e econômica; ambos os países encontraram-se mais ou menos no mesmo momento em um

processo de redemocratização após anos de ditadura militar, além do quadro internacional à época ser de formação de grandes blocos econômicos, como os primeiros passos do que posteriormente seria o Nafta, entre Estados Unidos e Canadá. Brasil e Argentina. Brasil e Argentina, assim, normalizavam as relações aos poucos, pautando-se no Programa de Integração e Cooperação, de 1986, e pelo projeto de mercado comum entre os dois países previsto no Tratado de Integração (1988) (ABREU e FLORÊNCIO, 2015). Desse modo, os autores salientam como o acordo quadrilateral partiu de um processo de integração, de fato, bilateral.

O modelo de política externa da década de 1980, mais ligado à noção de desenvolvimento nacional e autonomia, vai sendo substituído à medida que se aproxima o final da década e, notadamente, com a eleição de Fernando Collor, em 1989 (CERVO, 1994). O Estado desenvolvimentista e a tradição diplomática latino-americana como um todo amparavam-se fortemente, de forma geral, aos princípios de autodeterminação e não-intervenção, ao ideal terceiro-mundista e às ideias estruturalistas cepalinas de centro-periferia, mercado interno, indústria nacional e deterioração dos termos de troca. Internacionalmente, isso representou, ademais, o redirecionamento na política externa do que até então qualificava-se como terceira posição ou política externa independente; esse tipo de inserção não era mais considerado adequado aos tempos de globalização (CERVO, 2000).

Notadamente, o Brasil não é o único nesse processo - há a ascensão dos governos liberais por todo o continente nesse final de século XX, como Carlos Menem, em 1989, na Argentina; Alberto Fujimori, no Peru; e Carlos Andrés Perez, na Venezuela. O contexto histórico mundial explica em grande parte os acontecimentos desse período. A Guerra Fria chegava ao fim e, concomitantemente, havia o início do processo de globalização e das reformas neoliberais no mundo todo. Cervo (2000) salienta os novos parâmetros de conduta que eram adotados pelos governos de todo mundo nesse novo consenso global neoliberal: democracia, direitos humanos, liberalismo; uma visão de mundo harmônico, global, que compreendia a valorização do individualismo e da iniciativa privada, o mercado mundial e a transferência dos ativos nacionais para as empresas oligopólicas globais em nome da elevação da produtividade. As autoras Mônica Hirst e Leticia Pinheiro (1995) destacam como as transformações externas e internas desse período da segunda metade dos anos 80 - notadamente, o referido reordenamento político do sistema internacional, assim como o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na lógica de substituição de importações - impactaram a continuidade do projeto de política externa. Os fenômenos internos de

esgotamento do modelo desenvolvimentista em todo o subcontinente, que coincidiram com os constrangimentos externos do período, também são apontados por Cervo (2000): crises políticas engendradas pelo fim da era de ditaduras e início da redemocratização; endividamento externo, instabilidade monetária e surtos de hiperinflação; baixa produtividade sistêmica da indústria. Todos esses fatores conduziram a eleições de novos dirigentes com um novo, e sedutor, discurso político, que negava os esforços desenvolvimentistas da etapa anterior.

Desse modo, se a política externa brasileira, até então, havia sido conectada a um projeto mais profundamente autonomista, desenvolvimentista, priorizando a atuação independente, a política externa a partir do início da década de 90 representou ruptura com essa estratégia, sendo substituída por um perfil de inserção alinhado às reformas liberalizantes implementadas pelo novo governo. Segundo Hirst e Pinheiro, três metas foram estabelecidas pelo governo, no âmbito do posicionamento internacional: atualizar a agenda internacional do Brasil de acordo com o novo ordenamento e todas as novas questões internacionais; abandonar o perfil terceiro-mundista do país; e construir uma agenda positiva com os Estados Unidos.

Nesse sentido, o Mercosul, do ponto de vista inicial dos objetivos do governo local, encaixava-se também como uma peça e instrumento útil para aprofundar o processo de liberalização da economia brasileira - isto é, é conferido ao processo forte sentido comercial e econômico. Abreu e Florêncio (2015), assim como Almeida (2011), também ressaltam essa visão, demonstrando que os mecanismos institucionais supracitados no processo de aproximação bilateral entre Brasil e Argentina, na segunda metade da década de 80, possuíam protocolos inspirados em uma filosofia de política industrial e de dirigismo econômico. A fundação do Mercosul, por sua vez, no Tratado de Assunção, abandona essa matriz condutora e inaugura, fundamentalmente, um modelo essencialmente comercialista e liberalizante. Silva também aponta esse aspecto, destacando que o governo Collor acelerou subitamente a aproximação com a Argentina, com a criação do Mercosul, visando acelerar a redução das tarifas externas brasileiras - o governo, dessa forma, repensou o Mercosul não como um contrapeso ao processo de globalização, mas como uma forma de ingressar de forma mais rápida no mundo globalizado (SILVA, 2005). Isso não deixa de significar, sem dúvida, que o bloco assume um sentido estratégico de aumentar a presença do Brasil no entorno regional, mas o conteúdo profundamente comercial é o que dá o tom central.

Com o processo de impeachment de Collor de Mello, no final em 1992, e a subida ao

cargo de Itamar Franco, algumas mudanças ocorreram no projeto de governo, na política externa e, por consequência, no tratamento dado ao Mercosul pelo Brasil. Segundo Silva (2005), o governo Itamar refletiu os diferentes projetos de política externa que estavam em debate no Brasil, de modo que há aspectos de continuidade do governo Collor, pontos de retomada das noções desenvolvimentistas e também aspectos de renovação. Diante dos problemas causados pela abertura extrema da economia, pelo modelo neoliberal de Collor, o novo governo enfrentava críticas até mesmo de grupos industriais afetados pela liberalização. Dessa forma, em termos de política externa, ocorre o resgate de alguns pontos da matriz desenvolvimentista, como a defesa da atuação forte em negociações e fóruns multilaterais em detrimento das bilaterais, a partir do reconhecimento de que o Brasil não pertence às áreas mais dinâmicas do processo de globalização e deve buscar melhores formas de inserção (CANANI, 2003).

Com relação à integração regional, no entanto, há mudança significativa; esta passa a ser uma agenda mais prioritária do que no governo anterior, principalmente com ênfase no Mercosul. Há ainda outras iniciativas que comprovam o sentido mais estratégico conferido ao entorno regional, como as iniciativas relativas à ZOPACAS<sup>5</sup>. Fundamentalmente, o governo Itamar confere uma nova perspectiva sobre o bloco do Mercosul, que assume um sentido estratégico um pouco mais abrangente, não somente como um meio para a liberalização (HIRST e PINHEIRO, 1995). De maneira geral, nesse período, o bloco vai delineando-se, como salientam Abreu e Florêncio (2015), como forma de “ampliar e consolidar a influência regional e internacional do Brasil, através do intercâmbio comercial e concertação política-estratégica a nível regional” (ABREU e FLORÊNCIO, 2015, p. 60).

Um eixo interessante de análise é o de Ricardo Sennes (2003), que defende a utilização do conceito de matriz de inserção internacional, cuja ideia central, do ponto de vista analítico, é demonstrar grandes linhas de ruptura e continuidade na política externa, sem basear-se estritamente em uma divisão por mandatos, e sim em uma linha condutora mais geral, que também pode, em cada governo, manter características da matriz anterior, ajustando de acordo com o projeto de desenvolvimento (SILVA, 2005). Como destaca Sennes,

“a noção de matriz diz respeito aos contornos mais gerais da política externa de um país e busca determinar a forma pela qual ele concebe a dinâmica do sistema internacional (...) procura os condicionamentos e opções estruturais, que tendem a a

<sup>5</sup>Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, estabelecida em 1986, por meio da [Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas](#). É integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul e visa, através do compromisso firmado através dos Tratados de Tlatelolco, Tratado da Antártida e Tratado de Pelindaba, a preservação da paz no Atlântico Sul, mantendo-o como zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa.



sofrer mudanças em tempos mais dilatados do que os governos em períodos democráticos e em regimes presidencialistas” (SENNESES, 2003, p. 36-37).

Essa noção é útil, também, para nossa análise dos sentidos que o Mercosul vai assumindo ao longo dos anos, institucionalmente e na prática. Remontando à década de 70, como discutimos, a matriz caracteriza-se desenvolvimentista. Já o paradigma de política externa e inserção internacional na década de 90 - década de formação, primeiros passos e consolidação do Mercosul - caracteriza-se como a matriz neoliberal, atravessando os governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - neste, mais profundamente o primeiro mandato que o segundo (SILVA, 2005).

O paradigma neoliberal - o qual Cervo (2000) também denomina de “Estado normal”<sup>6</sup>, em contraponto a Estado desenvolvimentista - consolidou-se por toda a América Latina com o início da década de 90, viu seu apogeu e também sua crise ao longo da década. Em 1994, após haver ocupado o cargo de Ministro das Relações Exteriores e de Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco - no qual foi responsável pelo Plano Real e a consolidação das reformas neoliberais na estrutura da economia -, Fernando Henrique Cardoso ascendeu à presidência por dois mandatos consecutivos, até 2002. A política externa do governo Cardoso encaixa-se, nos conceitos trazidos por Sennes, na matriz neoliberal - entretanto, a noção de “dança dos paradigmas”, de Amado Cervo (2002), também agrega na análise, ao demonstrar que, na década de 90 e durante o governo Cardoso, o Estado brasileiro imprimiu orientações confusas e por vezes contraditória na política externa, acarretando na coexistência de paradigmas no perfil de inserção internacional do Brasil. De forma sintética, “a indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado logístico” (CERVO, 2002, p. 7). Estado logístico, segundo Cervo, é aquele que busca uma inserção madura mundo globalizado, ajudando a sociedade a operar no exterior e dando a ela responsabilidades empreendedoras, à medida que fortalece os núcleos nacionais e busca um equilíbrio nos benefícios da interdependência. Dessa forma, o governo imprimiu o caráter de Estado normal e implementou as reformas do Consenso de Washington, de privatizações, abertura aos empreendimentos estrangeiros e outras, em larga escala. Concomitantemente, características de um ensaio de Estado logístico podem ser percebidas, de acordo com o autor, na aplicação de investimentos em ciência e tecnologia; na política de defesa nacional; no certo controle do processo de privatizações; no reforço da capacidade empresarial do países, com a

<sup>6</sup>“Normal, isto é, receptivo, submisso e subserviente aos comandos das estruturas hegemônicas do mundo globalizado” (CERVO, 2000).

criação de algumas empresas nacionais; na denúncia de ganhos unilaterais do centro frente a periferia, buscando contrapartidas para a abertura do Brasil.

O que o governo Cardoso representou, nesse sentido, para o Mercosul? Em 1995, surge a proposta do estabelecimento da ALCA, uma área de livre comércio para todo o continente americano. Esta suscitou intenso debate no país e preocupação de diversos setores sociais, inclusive o empresariado, sobre os possíveis malefícios, ao país, de uma abertura ao mercado norte-americano (SILVA, 2011). A posição brasileira foi de buscar um fortalecimento do Mercosul, discutindo a possibilidade de aumento de seus membros e ampliando negociações com outros países do subcontinente, para que houvesse chance de negociação com o mercado norte-americano. Conforme Cervo (2002), foi justamente com as negociações da ALCA e do Mercosul que houve uma reorientação do governo Cardoso, com a realização da primeira Cúpula da América do Sul, objetivando aprofundar os laços políticos frente às pressões norte-americanas sobre países da América Latina de se integrarem ao Nafta. Os esforços da diplomacia brasileira de resistir à ALCA, com Cardoso inclusive relançando a ideia da ALCSA, de Itamar Franco, para salvaguardar seus interesses econômicos e comerciais sobre a região e não perdê-la como espaço hegemônico para a influência estadunidense.

Ademais, Cervo destaca outros pontos que demonstram um fortalecimento institucional e sentido político conferido ao bloco ao longo do governo Cardoso: o fortalecimento da ideia de América do Sul; o protocolo de Ouro Preto, que elevou o Mercosul a sujeito de direito internacional; e a consolidação de uma zona de paz no Cone Sul.

No final da década, no entanto, conforme Faria e Piñero (2010), o bloco enfrentou sua pior crise desde a criação, com a desvalorização do real, em 1999 e, na virada do milênio, em 2001, com a crise argentina. Isso representou, no final do governo Cardoso, uma diminuição muito substancial na corrente de comércio intrabloco. Isso impactou fortemente a dimensão comercial da integração, a qual havia sido a mais significativa até então no Mercosul. Dessa forma,

“Diante de tais reveses e da necessidade de manter um certo dinamismo no Bloco, parecia ser útil aos governos nacionais lançar mão de iniciativas em áreas que cobrissem outros aspectos que não o comercial. Somado a isso, a ascensão, a partir de 2003, de governos de esquerda, mais orientados a um projeto de integração regional, trouxe a esperança de avanços significativos no Mercosul, principalmente no âmbito social da integração.” (FARIA e PIÑERO, 2012, p. 5).

### 3.2 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS LATINO-AMERICANOS

Tendo discutido brevemente a trajetória do Mercosul como um espaço institucional, político e econômico sob o ponto de vista da diplomacia brasileira - baseado na perspectiva histórica de que o Brasil é seu membro mais importante e, dentre os países-membros, o maior promotor de mudanças, impactos e alterações no conteúdo do bloco -, cabe discutir sobre a trajetória dos movimentos feministas no subcontinente e como estes impactaram o ambiente institucional e da alta política no âmbito regional. A perspectiva adotada na presente análise insere-se na visão de que a interação entre Estados e outros setores e grupos da sociedade civil constrói o ambiente sociopolítico e impacta as organizações e aparatos institucionais; nesse sentido, não são somente os Estados que influem na formulação dos resultados de política externa e política internacional.

Primeiramente, é importante perceber que a questão da inclusão do setor de mulheres, juntamente a suas demandas, no conteúdo social, político, econômico e institucional do Mercosul se insere em um processo mais abrangente de avanço na participação cidadã dentro do bloco. Para a legitimação da organização, é imperativo que haja um pacto político entre os governos e suas populações no processo de construção da integração, promovendo-se a participação dos parlamentos e setores da sociedade civil para que se amplie a dimensão social da integração (CAETANO, 2004, *apud* FARIA e PIÑERO, 2012). A própria formação do Mercosul dá base para que fosse defendido um aprofundamento da participação democrática em seu âmago, já que, como destaca Faria (2011), ao realizar uma comparação entre os processos de integração da Europa e da América do Sul, um ponto importante de reflexão que pode agregar na análise é a base política de formação do bloco sulamericano: enquanto na Europa o processo de integração é fortemente balizado pelo tema da paz, como um modo de superar a natureza competitiva e conflituosa do sistema de Estados europeus, o Mercosul tem como tema político de suas origens - ainda que o processo seja profundamente comercial e econômico, como já destacado - a democracia. Na segunda metade da década de 80, quando os contornos da proposta do bloco se delineavam, as ditaduras do Brasil e da Argentina iam chegando ao fim e o processo de integração - possibilitado pela aproximação dos dois países - foi também uma salvaguarda para a continuidade da transição para o ambiente democrático.

Segundo esses autores, a forma com que esses avanços na dimensão social foram

perseguidos foi principalmente pela tentativa fortalecimento dos órgãos já existentes voltados para esse objetivo, aumentando a credibilidade destes e fazendo com que ampliassem suas competências e cumprissem suas funções da melhor e mais ampla forma possível, ao abranger os poderes legislativos nacionais e a sociedade civil. As principais instâncias do Mercosul destacadas são a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) e o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES). A primeira foi criada em 1991, logo na fundação do bloco, e a segunda em 1994, no governo Cardoso, com a instituição do Protocolo de Ouro Preto; a primeira dizia respeito aos parlamentos nacionais - e foi, em 2006, substituída pelo Parlasul (Parlamento do Mercosul) - e a segunda era o espaço reservado às entidades de diferentes setores da sociedade civil.

Contudo, e também respaldando-se na análise da trajetória do Mercosul previamente abordada, a criação dessas instâncias dentro do bloco não conseguiu superar o déficit democrático da instituição. Faria e Piñero (2012) destacam o funcionamento aquém do esperado da CPC e do FCES, tendo em vista

“...a juventude dessas instituições, que ainda precisariam de um determinado tempo de consolidação. Ademais, no caso da CPC, a baixa prioridade dada ao órgão em relação a outras instituições e o pouco conhecimento dos parlamentares acerca de seu funcionamento contribuíram para sua debilidade. No caso do FCES, as divergências, a pouca capacidade de aglutinar a sociedade de forma ampla e as restrições financeiras dos participantes ante a baixa perspectiva de ganhos de curto prazo, visto que o FCES não tem orçamento próprio, frearam o órgão.” (FARIA, PIÑERO, 2012).

Tais instâncias, no modelo organizacional do Mercosul, se manifestaram ao longo dos anos 90, principalmente, pela emissão de recomendações ao Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC), os quais, em contrapartida, acolhiam ou não as proposições. A conclusão de Faria e Piñero é que, no caso da instância parlamentar, não houve grandes resultados substanciais em influenciar a atuação do CMC e do GMC, nem em traduzir de fato a participação da sociedade e gerar repercussões significativas. Isso pode ser explicado tanto pelo caráter puramente consultivo do órgão, assim como o distanciamento do órgão das populações e o desconhecimento por parte destas do que foi essa dimensão parlamentar. Tal aspecto acarreta em uma perda de poder do órgão, à medida que, em razão da pouca pressão da sociedade, não há a percepção de necessidade de prestar contas - consequentemente, os parlamentares dedicam pouco esforço no processo integracionista (FARIA, PIÑERO, 2010). Quanto ao FCES, de 1994, essa instância foi, precisamente, a primeira tentativa de incluir a sociedade civil nos mecanismos do Mercosul e ampliar a participação cidadã no processo de

integração, para além da representação parlamentar, que também já se mostrava falha e insuficiente.

As conclusões dos autores sobre esse fórum também destacaram o alcance pequeno e a pouca repercussão de seu trabalho. Alguns dos pontos importantes são que ele não dispunha de recursos financeiros próprios e possuía pouca interação com os órgãos decisórios do bloco. Um aspecto positivo destacado foi a participação do FCES, conjuntamente com outras instâncias do bloco, na organização do evento Cúpulas Sociais do Mercosul, em 2006, o qual tem a proposta de reunir e ouvir entidades e setores da sociedade civil que não participam diretamente do Mercosul, aumentando os canais de diálogo com os movimentos sociais (FARIA, PIÑERO, 2010). Em síntese, pode-se concluir que, no que diz respeito aos mecanismos institucionais e aos esforços, ao longo da década de 90, para estabelecer canais e órgãos mais eficientes em ampliar a democracia e os temas tratados no Mercosul, há a persistência das dificuldades, nesse caso focando no CPC e no FCES.

Seguiremos para a análise mais específica da questão da mulher dentro do Mercosul e os movimentos que impactaram na construção dessa perspectiva no bloco. Como já abordamos no princípio deste trabalho, houve todo um contexto mundial, que remonta ao final da década de 70, de emergência de debates acerca da igualdade de oportunidades para ambos os sexos e da necessidade de pensar as sociedades nacionais e internacional do ponto de vista das questões específicas das mulheres, a saber, os problemas enfrentados pela desigualdade nas esferas política, social, jurídica, econômica. As grandes Conferências sobre a Mulher das Nações, ocorridas nessa época, representaram a incorporação desses temas nas relações internacionais, a construção de uma agenda e foram, também, resultado dos esforços de movimentos reivindicatórios das mulheres. Ademais, esse contexto fortaleceu também os movimentos latino-americanos nas suas reivindicações na região.

Os movimentos feministas de segunda onda latino-americanos, com uma forte origem ideológica de esquerda, conforme Valente (2008), espalharam-se rapidamente e quase de forma simultânea nos países do Cone Sul, na década de 70, na região andina, Caribe e México, estendendo-se para a América Central ao longo da década de 80. Estes movimentos de mulheres eram muito profundamente ligados, também, à conjuntura sociopolítica de suas sociedades. Isso fica claro no período de ditaduras no continente:

“Os feminismos avançaram em propostas que ligavam a luta das mulheres com a luta pela requalificação e ou recuperação democrática. Não é gratuito que o slogan das feministas chilenas contra a ditadura, ‘democracia no país e na casa’ tenha sido entusiasticamente assumido por todo o feminismo latinoamericano, porque articulava as diferentes dimensões de transformação que buscavam as feministas e o caráter político do pessoal, um aporte fundamental das lutas das feministas de segunda onda” (VALENTE, 2008, p. 136, tradução nossa).

Desse modo, a autora aponta que, a partir desses parâmetros, o feminismo expressou-se por todos os países da região através de muitas organizações, coletivos, redes de ação temáticas, reuniões, seminários e encontros feministas. Notadamente, ela destaca que encontros regionais começaram a ocorrer entre movimentos da América Latina e Caribe desde 1981. Exemplo de um destes, Valente (2008) destaca, é o encontro de um ano após a Conferência de Pequim de 1995, no Chile, para debater a participação dos movimentos de mulheres que participaram do fórum.

Durante a década de 80, ocorre uma certa “institucionalização” feminista na região, de acordo com Valente (2008), à medida em que os movimentos passam a expandir-se do ativismo nas ruas, de coletivos feministas autônomos, para, também, o estabelecimento de ONGs e centros de trabalho, enfatizando o público político ao negociar com os Estados, consensuar agendas e embrenhar-se na institucionalidade das organizações, realizando, realmente, incursões significativas nos espaços regionais e globais. Desenvolve-se, desta forma, um maior enfoque, por parte dos movimentos, na questão da efetividade de suas estratégias frente aos governos e ao aparato estatal, o que gerou um maior poder de incidir nos Estados e mais capacidade de proposta. Os movimentos de mulheres buscaram, também, politizar os assuntos privados ainda despolitizados - como aborto, violência sexual e violência dentro do casamento. Criaram novas categorias de análise e linguagens para diversos assuntos, como assédio sexual e feminização da pobreza<sup>7</sup>.

Nesse período, ademais, destaca-se o estabelecimento de articulações feministas a nível regional, as quais Valente (2008) denomina verdadeiras conexões internacionalistas regionais, através da realização de encontros feministas latinocaribenhos, a cada dois anos - posteriormente, a cada três - em diferentes países da região. Nestes, o objetivo era refletir e trocar conteúdos e estratégias dos movimentos feministas. Esses encontros iniciaram em 1981, com a realização do I Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe en Bogotá, na Colômbia. Esses encontros, a partir desse momento, representaram o “lôcus da região onde a

<sup>7</sup>O conceito de feminização da pobreza foi abordado pela primeira vez por Diane Pearce, em 1978, e se refere às porcentagens desproporcionais, na relação de pobres no mundo, de mulheres, percebendo o viés desfavorável às mulheres nos níveis de pobreza (PEARCE, 1978).

multiplicidade e heterogeneidade dos feminismos encontram-se e dialogam para estarem articuladas politicamente” (MONTEIRO, 2014, p. 65).

Os encontros seguiram ao longo dos anos, com temas centrais de debate diversos e ampliando significativamente, com o amadurecimento desse fórum, o número de mulheres e organizações e movimentos feministas. O terceiro encontro foi realizado no Brasil, em Bertoga (SP), em 1985. Valente (2008) destaca como o Brasil foi o pioneiro no desenvolvimento do feminismo na região, e como neste encontro várias tensões também se apresentaram, como o tema da desigualdade dentre as próprias mulheres, através da análise de recortes de raça e classe. A cada encontro, a crescente diversidade dentro do movimento de mulheres no continente se expressava de forma mais contundente - o quarto encontro, no México, conforme a autora, havia milhares de mulheres de diversas procedências sociais e cores diferentes, ocupações e situações sociopolíticas. A Argentina também sediou um dos encontros, em 1990, consolidando a tendência plural evidenciada no México e salientando ainda mais as problemáticas, dentro dos movimentos, referentes à composição de diferentes setores de mulheres, com ocupações, histórias e experiências de opressão diversas. Cabe ressaltar, também, que

“Ademais dos encontros de caráter latinoamericano, foram sendo realizados encontros nacionais de mulheres/feministas em países da região, como Argentina, Brasil, México. A Argentina ainda realiza, desde o ano de 1987, os Encuentros Nacionales de Mujeres (ENM). Inclusive, no ano de crise econômica (2001), em que esse país beirou o caos político, social e econômico, os encontros foram realizados” (MONTEIRO, 2014, p. 65).

Durante a década de 90, o processo de globalização também incidiu nos movimentos feministas, diversificando os movimentos e as possibilidades dos movimentos incidirem nas organizações. Os encontros feministas foram muito importantes para a articulação, a nível nacional e regional, das organizações no momento pré-Pequim, para que justamente se formassem convergências e se fortalecessem os posicionamentos e a capacidade de incidência na Conferência, cujos resultados seriam tão essenciais, posteriormente, para a integração do subcontinente. Monteiro (2014) também conclui que a confluência interna de trabalhos, redes e movimentos na década de 80 e na primeira metade da década seguinte, os uniram e ampliaram os ganhos políticos em Pequim.

Precisamente, o processo de globalização, a nova etapa do capitalismo e o momento político de pós-bipolaridade incluía, no discurso político, a defesa da democracia como um

valor desta nova fase. Estes novos contextos e eixos de análise pressupunham mais interlocução dos Estados e sociedades civis. E, como enfatiza Monteiro (2014), é com a visibilidade das lutas dos movimentos de setores feministas que, “no plano internacional (...) os chamados “novos temas”, como a perspectiva de gênero e os direitos humanos da mulher, foram sendo considerados relevantes, ainda que fosse uma importância discursiva” (MONTEIRO, 2014, p. 70).

Nesse sentido, ainda que nas outras Conferências a participação dos movimentos feministas tenha acontecido e muitos resultados tenham sido auferidos por essas mulheres,

“foi na Conferência de Pequim onde se deu uma massiva participação feminista (...) se iniciou com uma confrontação aberta com as Nações Unidas, que havia nomeado a representantes regionais sem consulta com as organizações feministas. A região de América Latina e Caribe foi a única que rechaçou a nomeação e exigiu que fosse nomeada uma feminista eleita pelo movimento. Esta origem de disputa democrática não só nos deu legitimidade, como estendeu o interesse e a articulação em Beijing de amplos setores do movimento feminista na região “ (VALENTE, 2008, p. 152)

Isso demonstra a força dos movimentos no América Latina com um todo, assim como, mais especificamente, na América do Sul. Essa incidência das organizações e redes de mulheres consolida-se no contexto do processo integracionista do Mercosul (MONTEIRO, 2012), a partir da conjuntura global de solidariedade internacional e regional entre os movimentos e de um contexto maior de inclusão desses novos temas relativos aos direitos das mulheres. Fundamentalmente, isso ocorre devido tanto à pressão desses coletivos ligados às questões das mulheres quanto pelo momento histórico favorável ao fortalecimento desses debates.



## **4 A INFLEXÃO A PARTIR DE 2003: DIMENSÃO SOCIAL DO MERCOSUL E O ESTABELECIMENTO DA REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER**

### **4.1 AS MUDANÇAS ESTABELECIDAS PELO GOVERNO LULA (2003-2010)**

O maior aprofundamento institucional do Mercosul, assim como a diversificação de seu conteúdo, experimentou realmente um impulso com a ascensão dos governos de centro-esquerda na região nos anos 2000. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003 e com duração de dois mandatos, até 2010, foi marcado por uma grande transformação social, econômica e política. O forte crescimento econômico, baseado em uma estratégia de incentivo à demanda e ao crédito e possibilitado pelo ambiente externo de crescimento chinês e *boom* das commodities, foi carregado com políticas e programas sociais de distribuição de renda, expansão do emprego formal, programas de acesso à educação superior, reconstrução da infra-estrutura, medidas de agricultura familiar e expansão do consumo de massa (SARTI, 2011; CURADO, 2011).

Cabe ressaltar que esse processo, sem dúvida, é marcado por inúmeras contradições. Não estamos, é claro, falando de um governo revolucionário ou de retorno ao desenvolvimentismo; a literatura não deixa de apontar como a política macroeconômica, nos seus primeiros anos, mantém a linha conservadora do governo Cardoso e uma política monetária e fiscal restritiva, muito mais de continuidade que renovação. Não foi um retorno a um “governo neoliberal” nem um “governo desenvolvimentista”; foi, na realidade, a consecução de uma política híbrida (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013).

Fato é que, do ponto de vista da política externa brasileira e no eixo de análise das relações internacionais, esse novo período é inovador em vários aspectos. Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores ao longo dos dois mandatos, cunhou a política externa do período como “ativa e ativa”. Isso representou uma elevação de perfil no cenário regional e internacional, de modo que

“procurou inserir o Brasil no cenário mundial acentuando formas autônomas, diversificando os parceiros e as opções estratégicas brasileiras. Apesar de existirem elementos de alteração dos rumos do país ainda na administração FHC, Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de "autonomia pela diversificação", enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com

os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país [...]” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007, p. 275.).

Dessa forma, em um contexto maior de fortalecimento do multilateralismo, já presente no governo FHC, de defesa da soberania e maior aproximação com os países emergentes, assim como uma diplomacia presidencial muito intensa (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007), o aspecto mais relevante, para os fins dessa análise, repousa no tema da integração. Outras medidas ressaltam a atenção à região ao longo da era Lula, como a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, na III Cúpula da América do Sul - rebatizada de União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2007 - e o fortalecimento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Em relação ao Mercosul, tanto antes como depois de ser eleito, conforme Caetano (2011), Lula teve um discurso integracionista muito mais consistente que os adversários, defendendo o Mercosul como um projeto político, instrumento para articular as economias dos países da região e imbuir o bloco de uma identidade internacional forte. O que se percebe, segundo o autor, é a escolha desse espaço, pelo Brasil, como uma alternativa de inserção de poder no mundo.

#### 4.2 A AMPLIAÇÃO DO CONTEÚDO DO MERCOSUL: FORTALECIMENTO DO SENTIDO SOCIAL DA INTEGRAÇÃO

A década de 2000 assistiu a alterações no contexto político da região sulamericana, com a ascensão de governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda. No início da década, notadamente, além do no Brasil, com Luiz Inácio Lula da Silva, destaca-se a Argentina, com Néstor Kirchner. Ambos assumiram em 2003 e inauguraram um novo período no relacionamento entre os dois países, marcado pela convergência e cooperação política em termos muito mais consolidados do que nos períodos anteriores. Sendo a relação entre Brasil e Argentina uma das espinhas dorsais do projeto de integração na região sul-americana, a ainda maior aproximação, sem dúvida, inaugurou também nova fase para o Mercosul, para além do já forte discurso de Lula a favor do aprofundamento do bloco.

Em 2003, os dois presidentes assinam o Consenso de Buenos Aires, o qual, conforme conclui Vásquez (2011), representou um ponto de inflexão importantíssimo e uma mudança de época na região, pois recuperava conceitos e posicionamentos deixados para trás, na década de 90, pelo pensamento hegemônico dos preceitos do Consenso de Washington. O

documento enfatizava a capacidade estratégica do Estado no desenvolvimento, assim como o próprio princípio de desenvolvimento, negligenciado com a defesa da liberalização irrestrita do período anterior. Com respeito ao Mercosul, o texto era direto na reafirmação de um sentido e conteúdo mais profundo ao bloco, assim como o compromisso de fortalecimento institucional:

“15. Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é apenas um bloco comercial, mas sim constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. De tal modo, nossos governos se encontram trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países.

16. Entendemos que a integração constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção dos nossos países no mundo, aumentando nossa capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá fazer frente mais eficazmente aos movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo e aos interesses contrapostos dos blocos mais desenvolvidos (...) a integração sul-americana deve ser promovida no interesse de todos, tendo por objetivo a conformação de um modelo de desenvolvimento no qual se associem o crescimento, a justiça social e a dignidade dos cidadãos.” (VÁSQUEZ, 2011, p. 171).

Vásquez (2011) assinala a importância de alguns marcos, na primeira metade da década, para o avanço da construção de uma dimensão social do Mercosul e a maior institucionalização disso no bloco, assim como a inclusão de novos temas na agenda do processo integracionista. O Programa de Trabalho do Mercosul 2004-2006, aprovado no final de 2003, apresenta-se como o mais relevante documento expressando a vontade política e os compromissos e objetivos da nova fase. Para além das medidas destinadas ao aperfeiçoamento da zona de livre comércio, união aduaneira e integração produtiva, os aspectos com relação ao Mercosul social e institucional foram abordadas com intensidade - a saber, destacamos as proposta de impulsionar a participação da sociedade civil e de criação do Parlamento do Mercosul.

O processo que possibilitou essa nova fase começou a ser construído ainda em 2000, através da Decisão do Conselho Mercado Comum nº 61/00, a qual criou a Reunião de Ministros e Autoridades do Desenvolvimento Social do Mercosul (RMADS). Antes, no mesmo ano, foi assinada a Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social no Mercosul, Bolívia e Chile, em que já se destacava a necessidade de aprofundar a dimensão social do bloco e fortalecer o trabalho conjunto entre os países a respeito desses temas.

A criação da RMADS propôs-se a criar um espaço de debate e definição de estratégias conjuntas, que desde 2001 começou a instalar na agenda a necessidade de estabelecer prioridades e propostas de alcance integrado e regional. A partir desse ponto, de acordo com

Vásquez,

“Começou o trânsito para uma nova definição do social e para um novo espaço desta dimensão no processo de integração, que teria um lugar chave fundamental a partir de 2004. Foi sobretudo desde aquele ano que a questão da institucionalização daquela dimensão entrou na agenda com nova força e começaram a se desenhar propostas e ações nesse sentido.” (VÁSQUEZ, 2011, p. 173, tradução nossa).

Nesse sentido, a autora enfatiza o estabelecimento de consensos, dentro do bloco, acerca desses temas, como a importância da dimensão social para um processo de integração que tenha como vocação o desenvolvimento humano e social integral; a centralidade do papel do Estado na persecução desses objetivos; e a importância do protagonismo da sociedade civil.

Dessa forma, em 2004 - ano em que a agenda social adquire maior relevância no processo de integração - as Reuniões apresentam um conteúdo de defender o reforço da institucionalidade do Mercosul social em cada país e tratar a questão social a partir de uma visão integral da implementação de políticas públicas que pressupõe a coordenação entre diferentes órgãos e instâncias do Mercosul (Ata nº 2/04 da RMADS apud VÁSQUEZ, 2011, p. 175). Ao longo dos anos seguintes, isso vai sendo aprofundado, com a criação de comitês e grupos de trabalho; o Fundo Social do Mercosul, em 2005; o Instituto Social do Mercosul, em 2007, entre outras iniciativas.

Os eixos prioritários dessa instância do Mercosul são definidos como as áreas de emprego, criação e distribuição de renda, segurança alimentar, políticas de educação e saúde e combate à exploração sexual infantil. O conteúdo discursivo, entretanto, das declarações e documentos produzidos no órgão, traz uma abordagem que se insere em uma questão maior de um novo caráter e identidade construídos ao longo da década no Mercosul:

“Assumir a dimensão social da integração baseada em um desenvolvimento econômico de distribuição equitativa, tendente a garantir o desenvolvimento humano integral, que reconhece o indivíduo como cidadão sujeito de direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Dessa forma, a dimensão social da integração se configura como um espaço inclusivo que fortalece os direitos de cidadania e democracia.” (Declaración de Buenos Aires “Por un MERCOSUR con rostro humano y perspectiva social”, 2006, *apud* VÁSQUEZ, 2011, p. 176)

#### 4.3 A REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER (REM)

Na esteira da criação, como referido, da Comissão Parlamentar Conjunta, em 1994, e do Fórum Consultivo Econômico Social, em 1996, a Reunião Especializada da Mulher (REM) é criada em 1998, através da Resolução nº 20/98 do Grupo Mercado Comum. Foi o estabelecimento da primeira instância a tratar especificamente da questão dos direitos das mulheres dentro do bloco, ao se propor como um foro de debate sobre a situação das mulheres e os problemas relativos à desigualdade de gênero nos países da sub-região, através da participação dos órgãos responsáveis por esse tema em cada Estado e organizações da sociedade civil. De acordo com o artigo 1 da Resolução, o Grupo Mercado Comum resolvia

“Criar a Reunião Especializada da Mulher (REM) que terá como objetivo analisar a situação da mulher, tendo em conta a legislação vigente nos Estados Partes do Mercosul no relativo ao conceito de igualdade de oportunidades, com o objetivo de contribuir ao desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades dos Estados Parte do Mercosul.” (MERCOSUL, 1998, tradução nossa).

Monteiro (2014) ressalta como o contexto global construído com as Conferências sobre a Mulher, notadamente a de Pequim, e a Plataforma de Ação resultada desta, em 1995, com a recomendação de que fossem criados mecanismos para a promoção de ações voltadas especificamente para a mulher, impulsionou a institucionalização dessas instâncias. A REM encaixa-se nesse contexto, introduzindo finalmente a questão da mulher e do gênero no bloco sul-americano.

Aspecto de fundamental importância na criação da REM, também, é a influência dos movimentos feministas nesse processo: Monteiro (2011) destaca a realização, em 1997, após os resultados provenientes do encontro em Pequim, do Seminário Internacional sobre Mulher e Mercosul, no Rio de Janeiro. Representantes das instâncias governamentais referentes à questão das mulheres, de cada país do bloco, se reuniram e manifestaram a necessidade da criação, dentro da estrutura organizacional do Mercosul, de uma Reunião de Ministras responsáveis pelas políticas públicas para a mulher, e que para o logro da igualdade de oportunidades, era necessário a participação ativa das organizações de mulheres da sociedade civil. Desse modo, o “Fórum das Mulheres do Mercosul”, uma organização suprapartidária e não-governamental criada em 1995, foi reconhecida como a organização assessora desse órgão que elas pleiteavam criar, para realmente incidir dentro do Mercosul e alcançar o objetivo de inclusão de uma instância específica para as mulheres.

Ainda segundo Monteiro (2011), um aspecto que merece atenção é como

“as articulações políticas entre o Estado e a sociedade civil [para alcançar um lugar na institucionalidade que tratasse sobre os temas sobre a Mulher] foram amenas, sem muitas tensões políticas. Havia um cenário internacional e outro regional favorável para que institucionalidades com essas funções fossem criados por meio de normativas. No entanto [...] só foi possível porque seus perfis políticos estavam conforme o perfil de organização que o Estado, naquele momento, preferia dialogar. [...] grupos que estão ou dentro de instituições estatais ou que se articulavam com as estruturas estatais” (MONTEIRO, 2014, p.85-86).

#### 4.3.1 A agenda da REM e os posicionamentos do Brasil

No período de 1999 a 2003, a movimentação dentro da REM parece ter sido reduzida. Não há acesso a muitos documentos produzidos no âmbito da Reunião, provando que o período foi de lento amadurecimento para esse fórum e que o maior despertar do órgão - e do Brasil dentro do órgão - foi possibilitado com a inflexão dos anos 2003 e 2004, a partir do governo Lula e da ampliação do conteúdo, da agenda e, mesmo, do sentido conferido à integração pelo Brasil e pela região como um todo - com o surgimento mais acentuado da dimensão social e a criação de espaços institucionais responsáveis pelos temas dessa nova agenda. A partir desse período, os documentos e atas da REM - elevada à Reunião das Ministras e Altas Autoridades para a Mulher do Mercosul (RMAAM), em 2012 - são mais substanciais, com os países produzindo informes regulares sobre políticas e programas e os encontros acontecendo duas vezes ao ano. As atas das reuniões, inclusive, frequentemente fazem menção ao período 1999-2003, pela falta de documentos reunidos sobre essa etapa da Reunião.

Notadamente, no primeiro encontro da REM em 2003, durante os dias 22 e 23 de maio, em Assunção, o Brasil participa apresentando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, compromisso firmado em campanha e cumprido com a criação desta no dia 1 de janeiro de 2003. Ademais, expôs sobre a reformulação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e da importância outorgada pelo novo governo à transversalidade de gênero como política de Estado, além de fazer referência ao programa de combate à fome introduzido pelo governo Lula, “Fome Zero” (MERCOSUL/REM/ATA N° 01/2003). Cabe dar atenção ao fato de que Reunião debateu, nesse encontro, propostas de metodologia para assegurar a incorporação da transversalização da perspectiva de gênero em todos os órgãos do Mercosul. Nota-se, dessa forma, a importância desse fórum para a construção do enfoque de gênero como uma política firme dentro do bloco, e como a inflexão provocada com a ascensão do governo Lula à presidência foi relevante nesse caminho.

No segundo encontro de 2003, em novembro (X REM), novamente as delegações enfatizaram a questão da perspectiva de gênero nos outros órgãos do Mercosul, elaborando a formação de um grupo técnico permanente composto por representantes designadas pelas Secretarias e Ministérios da Mulher nacionais de cada país. Esse grupo teria o objetivo de realizar uma análise das normas emanadas de outros grupos do Mercosul (MERCOSUL/REM/ATA N° 02/03).

A posição brasileira nesse encontro foi ainda mais enfática, com a apresentação de um informe detalhado das políticas empreendidas e em curso no país desde 1999 no que tange aos direitos das mulheres, destacando algumas: as medidas do Fome Zero, com medidas em relação à mortalidade infantil e materna e estímulo ao aleitamento materno; o lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, com a criação de Redes de Atendimento e Delegacias da Mulher, entre outras medidas; e a intenção de criar uma lei específica sobre violência doméstica - o que viria a ser a Lei Maria da Penha, de 2006. Além disso, a delegação brasileira apresentou-se como a mais propositiva, salientando, por exemplo, a necessidade da integração de banco de dados e harmonização metodológica de indicadores sobre a situação da Mulher nos países do bloco. Percebe-se, dessa forma, nesse período de relançamento do bloco, uma atuação positiva do Brasil na REM e um funcionamento firme e institucionalizado desta, com encontros bastante produtivos.

Em 2004, o país participa novamente dos encontros com informes de grande detalhamento a respeito das políticas empregadas em cada área - educação, saúde, legislação, entre outras. Na Reunião, destacou-se fortemente a discussão sobre a questão de gênero em regiões fronteiriças e a ausência de políticas regionais nesse sentido. Assim, foram estabelecidos Comitês de Fronteira com ações focalizadas em questões de gênero, principalmente dada a problemática de tráfico sexual de mulheres e crianças.

Também, destaca-se esse ano como o primeiro em que se debateu a abertura da Reunião para a possibilidade de outras organizações da sociedade civil participarem, para além do Fórum de Mulheres do Mercosul. Todas as representantes do Fórum manifestaram-se favoravelmente, destacando como o Fórum não conseguia ser representativo o suficiente. A posição brasileira, através da Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, foi de propor que para o próximo ano a REM recebesse solicitações de organizações da sociedade civil constituídas como redes regionais para participar do próximo encontro, atentando que não se trata de impedir a presença de outras organizações no fórum, mas de se esclarecer a relação que se estabelece com esta entidade e com as outras organizações

(MERCOSUL/REM/ATA N° 02/04).

Em 2005, ocorrem marcos importantes para o fortalecimento institucional da REM. Um deles é a alteração do Regulamento Interno quanto à participação da sociedade civil, dadas as discussões a respeito da abertura a mais organizações feministas e de mulheres. A proposta do Brasil foi acolhida e os países apresentaram suas organizações sugeridas - no caso do Brasil, Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul; Rede Internacional de Gênero e Comércio; e a Federação Democrática Internacional de Mulheres. Além disso, aprovou-se a criação de uma Secretaria Permanente da REM com sede na cidade de Montevideú, na qual o Brasil defendeu a criação de uma memória da REM, com a sistematização de documentos consolidados. Um ponto de destaque também foi o debate sobre gênero e economia e a necessidade de um desenvolvimento equitativo, com participação das mulheres no setor produtivo com igualdade de oportunidades - a delegação brasileira trouxe experiências interessantes de ações em parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a SPM e a Secretaria de Promoção de Políticas Para a Igualdade Racial (SPPIR). O Brasil também propôs debates para uma posição sobre saúde sexual e reprodutiva (MERCOSUL/REM/ATA N° 02/05).

Na primeira reunião de 2006, já fica clara a ampliação de organizações da sociedade civil participando da REM, assim como há presença de outras organizações como a CEPAL, o Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Isso evidencia o caráter mais estabelecido da REM e sua maior inserção no âmbito internacional como uma instância relevante no debate de gênero da região sul-americana. Também é definido a realização de campanhas regionais a respeito da violência de gênero e do tráfico sexual. Em novembro do mesmo ano, ocorre a XVI REM, no Rio de Janeiro, onde se debateu fortemente obstáculos enfrentados pela Reunião em tirar do papel a proposta de criação de um banco de dados e registros homologáveis sobre violência doméstica comum à região, para o melhor enfrentamento da violência contra a mulher na região sul-americana. O Brasil posicionou-se na defesa de, dados os recursos escassos, tanto nesse ponto quanto na proposta da Secretaria Permanente, que sofria com o mesmo problema, aportar recursos por mecanismos como o estabelecimento de convênios com organismos internacionais como o UNIFEM. Ademais, é por proposta do Brasil que se envia documento ao GMC atentando à distribuição paritária de gênero no Parlamento do Mercosul, criado em 2005 (MERCOSUL/REM/ATA N° 02/06).

O ano de 2007 na REM foi marcado por uma participação ainda mais significativa de



organizações de mulheres da sociedade civil, além de parlamentares e representantes de organismos como a UNIFEM, já parceira da REM, e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID). A articulação com outros espaços do Mercosul apresentou avanços: foi apresentada coordenação em debates e diretivas junto ao GANEMPLE (Grupo de Alto Nível para o Emprego); à Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (REAF); e à Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (RAADH) (MERCOSUL/REM/ATA N° 01/07/ANEXO V). Evidencia-se o esforço de transversalização da perspectiva de gênero dentro no bloco, pela REM, e de trazer também a perspectiva de outras instâncias para o debate no âmbito das questões das mulheres. A problemática da escassez de recursos para estabelecimento físico da Secretaria Técnica Permanente se manteve, e o aporte da UNIFEM é o que mantém a Secretaria funcionando. O Brasil defendeu ainda mais ativamente a questão racial dentro do debate de gênero, salientando os problemas específicos enfrentados por mulheres negras e a necessidade de unir os debates e as políticas (MERCOSUR/REM/ACTA N° 01/07).

Em 2008, completando dez anos de REM e vinte reuniões, destacou-se o estabelecimento do Comitê Técnico de Especialistas na Área de Violência, na tentativa de vencer os obstáculos em estabelecer o Registro Único de dados sobre violência contra a mulher na região. Essa questão levantou a proposta de cooperar junto à AECID, que manifestou interesse no financiamento imediato de projetos que incluam o fortalecimento das estruturas de gênero no Mercosul. O encontro, dessa forma, definiu a elaboração de projeto solicitando apoio formal à essa agência, para o estabelecimento da Secretaria Permanente, entre outras iniciativas, implementando um Programa Conjunto de Cooperação Técnica. O Brasil, ademais, apresentou sua campanha pela participação política de mulheres e mais mulheres em posições de poder, sugerindo-se uma campanha regional nos mesmos moldes (MERCOSUL/REM/ATA N° 02/08).

No ano de 2009, o Programa de Cooperação Técnica entre a REM e a AECID - denominado “Fortalecimento da Institucionalidade e da Perspectiva de Gênero no Mercosul” consolida-se e os trabalhos com a REAF seguem. A perspectiva de mulheres em situação de prisão é incorporada na REM e o Brasil propõe a utilização de uma linha de financiamento da Comissão Europeia para fortalecer projetos regionais de combate ao tráfico sexual (MERCOSUR/REM/ATA N° 02/09).

O ano de 2010 foi marcado por uma elevação no perfil da REM, já em preparação para a posterior mudança de status em 2011. Os eixos de trabalhos para 2011-2012 são mais bem

organizados e com estratégias e Planos de Trabalho mais bem elaborados e definidos no papel. São eles: fortalecimento da REM; violência de gênero; enfrentamento ao tráfico de mulheres; saúde sexual e reprodutiva; participação política das mulheres; gênero, trabalho e integração econômica. As mesas técnicas se ampliam muito, nesse ano, e a REM define recomendação que o Conselho Mercado Comum defina a inclusão, na regulamentação, da eleição paritária no Parlasur.

Em 2011, a proposta de transformar a REM em RMAAM, elevando seu status jurídico-legal, toma força. Em dezembro, é oficialmente criada a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul, através da decisão MERCOSUR/CMC/DEC.Nº24/11. Como salienta Monteiro (2011), nota-se na fundamentação disso que há uma ampliação do âmbito de análise da situação da mulher com relação à legislação vigente nos Estados Partes. O estabelecimento da RMAAM representou um passo à frente na institucionalização da instância da Mulher no Mercosul.

Partindo para uma análise mais profunda das atas, percebemos, assim como destaca Lillian Celiberti (2010 apud MONTEIRO, 2014), momentos diversos na trajetória da REM, e que se apoiam na análise dos temas tratados aqui. Desde a criação até 2005, há uma gama temática muito grande, porém com pouco caráter concreto e de articulação com outros governos, isto é, as “recomendações não pareciam levar a parte alguma” (MONTEIRO, 2014, p. 110). Nesse período, não há menção muito frequente dos mesmos temas - há uma profusão de vários deles, sem recorrência específica. O posicionamento do Brasil de tomar bastante a liderança das reuniões, ser bastante propositivo - ainda que esses esforços não cheguem muito longe - e, principalmente, o empenho em demonstrar fortemente e muito detalhadamente as ações e políticas de igualdade de gênero empreendidas dentro do Brasil, parecem ser consequência direta do novo período inaugurado com o governo Lula. O governo iniciou-se com esta nova postura e retórica de que defenderia os direitos das mulheres como um eixo central do projeto. Logo no primeiro dia de mandato, a Secretaria de Políticas para as Mulheres é instaurada. A nova ênfase que o governo quer dar para o Mercosul, como projeto de inserção internacional, já está dada. Faz sentido do ponto de vista político, ideológico, estratégico, dessa forma, que o posicionamento brasileiro na Reunião nesse período fosse bastante enérgico, enfático e que quisesse demarcar com força a inflexão ocorrida no país, apresentando suas novas diretrizes de políticas, especificamente, aqui, para as mulheres. Em outras palavras, se quer mostrar trabalho, mostrar que direção político-ideológica tem esse trabalho e tomar as rédeas do processo dentro do bloco.

A partir de 2005, percebe-se a ampliação da participação de organizações da sociedade civil e ampliação de ações com outros órgãos do Mercosul. Percebe-se que os temas vão diminuindo - a recorrência da referência aos mesmos projetos e temas, nas atas, aumenta. Os obstáculos, no entanto, de passar do caráter declaratório permanecem. A atitude da delegação brasileira na Reunião, nesse período, é marcada pela iniciativa em trazer apoio financeiro e logística de agências internacionais, ao ficar clara a dificuldade de impulsionar e tirar do papel os projetos. Seu papel, nesse sentido, ainda é de liderança e alinhado ao projeto maior do Brasil para o bloco sul-americano, mas também denota que a fase de excitação do início passou e é necessário adaptar a Reunião à fase de amadurecimento sem perder a capacidade de ação efetiva. Ao mesmo tempo, isso denota como o bloco e a Reunião Especializada da Mulher não poderiam, de uma forma ou outra, seguir com projetos bem sucedidos e avançar na integração e na transversalização da questão de gênero sem amadurecer e tornar forma própria.

A terceira etapa é representada mais significativa pelos dois únicos projetos que poderiam tomar forma e sair do papel, ao longo dos anos da REM: a questão dos registros comuns dos dados de violência contra a mulher e o projeto financiado pela AECID. A participação do Brasil nesse período não sofre grandes alterações. A Reunião tornou-se o mais específica possível quanto aos temas mas segue, de certa forma, um pouco paralisada em efetivá-los. A demarcação da RMAAM, sem dúvida, pode ser explicada como uma tentativa de reverter esse cenário e, com o aumento da hierarquia, impulsionar os trabalhos da Reunião da Mulher.

Definitivamente, após isso, a criação da RMAAM, substituindo a REM, significou o momento de maior institucionalização dessa instância no eixo do Mercosul. A criação da RMAAM representa um aumento na hierarquia da Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL (REM) e o reconhecimento do status ministerial das políticas para as mulheres na região e das importantes conquistas com relação à promoção da igualdade de gênero e ao fortalecimento dos organismos públicos de políticas para as mulheres nas últimas décadas. Uma comparação entre os dois momentos dessa instância do Mercosul seria interessante para o estudo mais aprofundado da perspectiva de gênero no Mercosul. Não há, entretanto, disponíveis documentos e as atas das Reuniões seguintes - percebe-se uma redução na transparência, pois não é possível julgar se houve desmobilização de fato ou não.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção da atenção à questão de gênero como um determinante essencial para o desenvolvimento humano e integral das sociedades ocorre de forma muito intensa a partir, principalmente, do final da década de 80 e pelos anos 90. As Conferências das Nações Unidas sobre a Mulher, a organização de movimentos feministas a nível mundial, nacional e regional - incidindo sobre os debates sobre a perspectiva de gênero para as sociedades - são momentos chave para a questão das mulheres no mundo.

Percebemos, ao longo da pesquisa, a relação entre o contexto mundial e todo o ambiente favorável, nesse período, para que as institucionalidades estatais adotassem o discurso de gênero como parte de suas estratégias de desenvolvimento e, também, dos movimentos feministas poderem incidir nesses processos, imprimindo suas demandas e opiniões nessas trajetórias.

O Mercosul, que nasce como um braço, na década de 90, para a liberalização dos mercados, vai aos poucos assumindo um caráter social, político e estratégico mais profundo. Inegável é a alteração do conteúdo do Mercosul, como um todo, e da atenção dado à questão das mulheres, a partir de 2003, com a ascensão à presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. O discurso do governo Lula já é de fortalecimento do Mercosul, e isso se une a um contexto maior de aproximação com a Argentina; sendo a relação entre os dois países muito importante para a integração, esse momento se mostra ainda mais favorável para o aprofundamento e inclusão de novos temas que ultrapassem o sentido essencialmente comercial do bloco. Como destaca MONTEIRO (2014),

“a partir da etapa de relançamento do bloco, em meados do ano de 2003, é lançada uma agenda social, e, com isso, são criados espaços institucionais responsáveis pelos temas referentes a essa agenda, como a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados - RAADH (2005) e o Instituto Social do Mercosul (2010). Logo, o bloco vai se inclinando para uma postura sócio-política que perpassa a esfera econômico-tarifária do momento de sua realização

Essas mudanças, então, são essenciais para o lançamento dessa nova identidade do Mercosul com uma dimensão mais social, com o entendimento de que o desenvolvimento

social igualitário e com ênfase na justiça social é essencial para o próprio sucesso da integração em si. Ademais, a institucionalização como um todo do bloco toma força com a criação de mecanismos como o Fundo Convergência Estrutural (FOCEM), para tentar reduzir as assimetrias. Estas são também causa do déficit democrático dentro do Mercosul. O FOCEM é, dessa forma, exemplo do avanço da institucionalidade integradora do bloco.

Outro ponto importante nessa nova identidade é a tentativa de diminuir o déficit democrático do bloco, com a criação do Parlamento do Mercosul (PARLASUL).

Em relação à Reunião Especializada da Mulher e o questionamento quanto ao grau de institucionalização da perspectiva de gênero, conclui-se que a Reunião foi muito importante para o estabelecimento de um discurso político forte dentro do Mercosul sobre a questão. Destaca-se o papel do Brasil, sempre bastante propositivo nas reuniões e incentivador da busca de alternativas para contornar os obstáculos como a escassez de recursos. A instância tem um primeiro momento, até 2005, em que mostra vontade política mas o resultado se mantém fortemente no campo do discurso, com uma grande variedade temática - própria do momento inicial de exacerbamento do debate - mas pouca expressão de políticas concretas e programas de ação regional de fato. O que se vê mais fortemente é a apresentação bastante detalhada dos informes relativos à situação das mulheres em cada Estado, mas pouca capacidade de tirar do papel ações conjuntas em relação à questão de gênero. A partir de 2005, é visível o avanço na participação dos movimentos da sociedade civil - antes, essa representação concentrava-se no Fórum de Mulheres do Mercosul. A partir desse ano, várias outras organizações participam com seminários, falas e mesas técnicas. Entretanto, percebe-se que ainda se mantém a repetição de assuntos Reunião após Reunião, com pouco avanço na consecução dos objetivos definidos. A REM enfrenta todo ano o problema de não conseguir botar em prática os únicos projetos de ação realmente regional até então: o estabelecimento de um Registro Único de dados sobre violência contra a mulher dentro dos países, com o objetivo de traçar estratégias conjuntas e compartilhar informações; e o projeto de cooperação técnica com a AECID, para fortalecimento institucional da REM com medidas como o estabelecimento de uma Secretaria Técnica Permanente do órgão, com sede física. Fica óbvio o problema da escassez de recursos, com os projetos apenas se mantendo pela cooperação com agências internacionais - vários desses, inclusive, realizados pela iniciativa do Brasil.

Quanto à transversalidade da perspectiva de gênero pelos outros órgãos do Mercosul, percebe-se o esforço de trabalhar junto a outras instâncias, por parte da REM, mas esse objetivo não é atingido com muito sucesso, prejudicando o alcance dessa perspectiva pelos

outros mecanismos do Mercosul. Caetano (2011) diz, sobre o assunto nas dificuldades encontradas frente ao modelo burocrático do bloco:

“O que nos levar a ponderar que é justamente no âmbito da institucionalidade do MERCOSUL que encontramos os problemas mais nítidos de uma proposta voltada para resolver o déficit democrático da integração. A análise em profundidade da reforma institucional do MERCOSUL enfatiza a insuficiência das iniciativas institucionais da integração vis a vis a dinâmica e a amplitude das redes e organizações ativas na região: “la actual institucionalidad, aun con los importantes cambios y creaciones incorporados últimamente, resulta disfuncional para la consecución de logros efectivos en varios de estos planes novedosos de la agenda más actual”. Cabe, portanto, frisar a persistência de um padrão tradicional burocrático de gestão no conjunto da institucionalidade do Mercosul que dificulta o processo de decisões e a execução de políticas públicas dirigidas para a ampla integração democrática na região. Outros aspectos que chamam a atenção, sobretudo entre os pesquisadores, são a inexistência de uma sistematização dos dados da integração e a dificuldade de acesso ao acervo do conteúdo dos distintos níveis de debate que se realizam no âmbito do MERCOSUL, ambos tão prejudiciais à produção do conhecimento necessário para a formulação de políticas públicas regionais. Essa dificuldade de se conhecer os resultados da circulação de pessoas no mundo trabalho, por exemplo, é um traço que, quando associado à fragilidade dos mecanismos de prestação de contas e de consulta popular, pode indicar o que se considerou “una carencia de legitimidad política, social y técnica” que atravessaria a institucionalidade da integração do MERCOSUL. Parece-me, em suma, que o MERCOSUL terá de superar uma nítida postura defensiva de “bloco pequeno” e restrito ao comércio para se perceber como coluna vertebral da integração do continente. O isolamento em que se encapsula não lhe permite projetar-se como parte desse potencial de desenvolvimento social, econômico e cultural que tem o continente, o que lhe retira a capacidade de pensar o bloco em sua dimensão política, além de suas fronteiras territoriais. (CAETANO, 2011, p. 356)

No entanto, como destaca Caetano (2011),

“o ritmo lento das mudanças no plano institucional do MERCOSUL não deve obscurecer as transformações profundas na vida de seus habitantes. Para muitos, ao longo desses 20 anos aumentou consideravelmente o sentido de pertencimento a uma comunidade política. Vale observar que a integração avança crescentemente entre governos sub-nacionais e municípios, Com inegável protagonismo brasileiro, abriu-se a porta do diálogo e o MERCOSUL foi fortalecido com a preocupação de resolver o déficit democrático. Consolidaram-se progressivamente espaços institucionais de participação social de cunho setorial - educação, saúde, trabalho, direitos e os resultados são visíveis (CAETANO, 2011, p. 314).

Nesse sentido, fica óbvio que para aprofundar a integração é necessário o aprofundamento e incursão desses temas no processo. O Mercosul, contudo, no período analisado, ainda possui obstáculos significativos para a consecução desses objetivos. O discurso da perspectiva de gênero como peça fundamental do desenvolvimento e a necessidade de transversalizar esta foram mais que estabelecidos e confirmados pelos diferentes participantes do processo integracionista. Resta, ainda, conseguir traduzir isso para

políticas e ações conjuntas de alcance regional.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, S.; FLORÊNCIO, L. Trajetória do Mercosul e mudança de paradigmas da política externa brasileira: possíveis interpretações para a crise do bloco. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 19. Jan./Abr. 2015.
- ALMEIDA, P. O desenvolvimento do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sofia**, v. 5. n. 43-44, p. 63-79, 2011
- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo II: a experiência vivida**. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BORDIEU, P. **A dominação masculina**. Éditions du Seuil, 1998/tradução Maria Helena Kuhner – 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BUSSEY, K. Gender Identity Development. In: SCHWARTZ, S. J; LUICXK, K; VIGNOLES, V. L (Org.). **Handbook of identity theory and research**. Nova Iorque: Springer Science + Business Media, 2011.
- CAETANO, G.. **Breve Historia del Mercosur en sus 20 años Coyunturas y instituciones (1999-2011)**. Mercosur 20 años. CEFIR. CAETANO, Gerardo (Coord.). Montevideo, 2011. p. 165-184.
- CANANI, N. A. Política externa no Governo Itamar Franco (1992-1994): Continuidade e renovação de paradigma nos anos 90. **Dissertação (Mestrado)**. Porto Alegre: PPG em Ciência Política, UFRGS, 2003.
- CARVALHO, M. P. “Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico”. In: BRUSCHINI, C.; BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Orgs.). **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Editora 34/Fundação Carlos Chagas, 1998.
- CERVO, A. L. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 43. n. 2. Brasília: jul-dez 2000.
- \_\_\_\_\_. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 5-25. 2003.
- CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Editora UnB, 2002.
- CONSELHO DO MERCADO COMUM. 2011. Assunção, Paraguai. **Decisão nº 24...Mercosul: 2011**.
- CURADO, M. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**. Ano 07, volume especial, 2011.
- FARIA, L. A. E. Lições de dois processos de integração: União Europeia e Mercosul. **Para Onde?** Porto Alegre, ago-dez 2011.



\_\_\_\_\_ ; BARÃO, G. R. O âmbito político institucional do Mercosul: a política externa brasileira e o desenvolvimento institucional do bloco. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, Vol. 33. Nº 1, maio/2012, p. 77-96.

\_\_\_\_\_, PIÑEIRO, F. S. **Participação democrática no Mercosul: análise do papel da comissão parlamentar conjunta e do fórum consultivo econômico-social**. 2009. Trabalho apresentado nas VI Jornadas Latinoamericanas de Relaciones Internacionales, Argentina, 2012.

FONSECA, P.; CUNHA, A. M.; BICHARA, J. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 23. n 2. 2013.

HIRST, M.; PINHEIRO, L. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 38, n 1, p. 5-23. 1995.

MACHADO, L.Z. **Feminismo em movimento**. 2ª edição. São Paulo: Francis, 2010.

MIRANDA, C. M. Integração de políticas de gênero no Estado: Brasil e Canadá em perspectiva comparada. 2012. **Tese (Doutorado)** - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MONTEIRO, N. L. A construção da transversalidade da perspectiva de gênero no Mercosul: alcances e limitações a partir das relações de poder. 2014. **Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)** - Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MOSER, C.. Gender planning in the Third world: Meeting Practical and Strategic Gender needs. **World Development**, v.17, n.11, p. 1799-1825, 1989.

REUNIÓN ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. IX. 2003. Assunção, Paraguai. **Ata da Reunião**. Mercosul, 2003.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. X. 2003. Montevidéo, Uruguai. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2003.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XII. 2004. Rio de Janeiro, Brasil. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2004.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XIV. 2005. Montevidéo, Uruguai. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2005

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XV. 2006. Buenos Aires, Argentina. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2006.

REUNIÓN ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XIV. 2006. Rio de Janeiro, Brasil. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2006.

REUNIÓN ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XVIII. 2007. Montevidéo, Uruguai. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2007.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XX. 2008. Brasília, Brasil. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2008.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XXI. 2009. Assunção, Paraguai. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2009.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XXIV. 2010. Rio de Janeiro, Brasil. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2010.

REUNIÃO ESPECIALIZADA DE LA MUJER DEL MERCOSUR. XXV. 2011. Assunção, Paraguai. **Ata da Reunião**. Mercosul: 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, I. **A projeção do Brasil como ator global e a integração sul-americana: implicações políticas**. Mercosur 20 años. CEFIR. CAETANO, G. (Coord.). Montevideo, 2011. p.303-319.

SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**. Volume 91, Issue 5, dez. 1986,1053-1075.

SILVA, A. L. R. A política externa brasileira e a matriz neoliberal de inserção internacional (1990-2002). **Segunda Jornada de História Regional Comparada**. Livro de Resumos. Porto Alegre: 2005.

UNITED NATIONS. **Beijing Declaration and Platform of Action**. 1995.

VALENTE, V.V. **Feminismos em America Latina - Su Aporte a la Política y la Democracia. 2008**. Unidad de Post-Grado; UNSM. Lima, Peru.

VAZQUEZ, M. **El MERCOSUR social. Cambio político y nueva identidad para el proceso de integración regional en América del Sur**. Mercosur 20 años. CEFIR. CAETANO, Gerardo (Coord.). Montevideo, 2011. p. 165-184.

VIGEVANI, T. CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**. v. 29, n. 2. p. 273-335, 2007.

WINSLOW, A. **Women, Politics and the United Nations**. Washington: George Washington University, 1995.